



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA N.º 183 (XII/4.ª)

Aos dois dias do mês de junho de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte a **Ordem do Dia** (OD):

(1.ª parte)

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, ao abrigo do artigo 104.º n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.

(2ª parte)

1. Informações.
2. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Resolução nº 114/XII/4ª - “Aprova o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas, em 21 de maio de 2014”; (PS)

Proposta de Resolução nº 115/XII/4ª – “Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas, aberta a assinatura em Magglingen, a 18 de setembro de 2014” (PSD);

3. Admissão e distribuição de Petição nº 514/XII/4ª – “*Solicita a concessão de um território para instalação de um campo de refugiados*” apresentada por **Pedro Cosme da Costa Vieira**. (PS)

4. Aprovação de Atas:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

nº 176, da reunião de 7 de abril de 2015;

nº 177, da reunião de 9 de abril de 2015.

5. Outros assuntos.

1.ª Parte

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas deu as boas-vindas ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e expôs a adotar nos trabalhos.

Concedida a palavra ao Senhor Ministro para a sua intervenção inicial, começou este por aludir aos desenvolvimentos recentes da política externa portuguesa, com destaque para dois eixos: o do leste europeu, com a crise ucraniana e o do sul/Mediterrâneo, relacionado com o crescente movimento migratório e o controlo que tem de ser efetuado, também, para prevenir o tráfico de seres humanos. Neste particular, referiu assumir relevância essencial o trabalho a desenvolver no âmbito da União para o Mediterrâneo e do Grupo 5+5 do Mediterrâneo Ocidental, salientando os contactos que têm vindo a ser efetuados junto dos diversos governos daquela região, tendo em vista promover a luta contra o terrorismo no Magrebe e Sael, e a recuperação da Líbia, cuja situação é fonte de instabilidade na zona. Ainda relatando o esforço de Portugal neste domínio, realçou a participação nacional no FRONTEX, prevendo-se que venha a conhecer um incremento maior. Relativamente à situação relacionada com a Base das Lajes, nos Açores, saudou a recente aprovação, por unanimidade, pelo Parlamento de um Projeto de Resolução que pôs em evidência junto da Parte americana tratar-se de uma questão do superior interesse nacional. Mais referiu, ainda, ter-se encontrado com representantes do Congresso americano e, em particular, com o congressista Devin Nunes que se deslocou aos açores a 9 de maio passado. Finalmente e quanto à CPLP, anunciou estra para breve a realização de reunião, de cuja agenda constarão matérias relacionadas, essencialmente, com as energias, telecomunicações, portos e mercados de capitais.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Finda a intervenção, foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para perguntar:

- Qual a posição de Portugal face à situação atual na Grécia, designadamente quanto à possibilidade de este país poder vir a abandonar a Zona Euro;
- O que pensa o Governo português dos recentes resultados eleitorais no Reino Unido, atenta a posição do seu Primeiro-Ministro face ao projeto europeu;
- Qual é para Portugal o momento adequado para reconhecer oficialmente estado da Palestina;
- Acerca dos movimentos diplomáticos anunciados, se não se justificaria, em nome da estabilidade institucional, maior diálogo com o PS, questionando, ainda, sobre se é ou não verdade que o Governo pretende reabrir a representação junto da UNESCO e porquê.

Respondeu o Senhor Ministro que a posição portuguesa é a de defender a permanência da Grécia no Euro, sob pena de desestabilização do sistema. Lembrou que em Riga, o Primeiro-Ministro do Reino Unido anunciou a abertura de um período de reflexão e revisão dos Tratados, sendo que Portugal defende a necessidade da manutenção deste país na União, mas não a qualquer custo, assumindo a liberdade de circulação como uma “linha vermelha” que nenhum país-membro pode ultrapassar. Sobre a questão palestiniana, salientou que a posição portuguesa está intimamente ligada com o culminar das negociações internacionais em curso com o Irão0 acerca da energia atómica, embora permaneça atento à evolução da conduta israelita, na medida em que esta possa por em crise a solução preconizada de “um território dois Estados”. Finalmente e quanto à matéria do foro diplomático, referiu que estas movimentações são normais, também, com governos socialistas, estando fora de causa quaisquer nomeações políticas.

Interveio o Senhor Presidente para lembrar que o PS não tem uma posição de princípio contrária à existência de embaixadores políticos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Seguidamente, interveio o Senhor **Deputado António Rodrigues (PSD)** que saudou o Senhor Ministro, também, pela formulação estratégica que trouxe à CNECP, por exemplo, relativamente ao Mediterrâneo. De seguida, sinalizou o êxito português na condução do processo de instalação da sede do Imamat Ismaili, bem como do robustecimento da atividade no âmbito da CPLP. Concluiu, perguntando se existiu da parte do MNE alguma intenção de nomear embaixadores políticos ou exteriores à carreira diplomática, na rotação diplomática que vai ter lugar, e se está considerado nesse movimento alguns ex-ministros do PS.

Em resposta, o Senhor Ministro lembrou que a intervenção no Mediterrâneo tem estado a ser ditada, sobretudo, por motivos humanitários e como forma de prevenir e combater o tráfico de seres humanos. Quanto à atividade da CPLP, sublinhou o papel que tem vindo a ser desenvolvido por países com estatuto de observador no aproveitamento e incremento da relevância global da organização, tendo dado os exemplos do Senegal, Japão e China.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que, após saudar a comitiva do MNE e o Senhor Ministro em especial, agradeceu os esclarecimentos já dados. Em concreto, perguntou:

- Qual a posição portuguesa no seio da União relativamente à evolução dos Acordos de Minsk e, caso falhe a sua segunda versão, o que defende Portugal para tal situação;
- Relativamente ao problema do Mediterrâneo, que leitura faz o Governo acerca da Agenda das Migrações, no âmbito da União?
- Que balanço pode fazer acerca da diplomacia económica portuguesa.

Respondeu o Senhor Ministro ser extremamente importante, na vizinhança-sul, assegurar políticas de controlo das migrações em países intermédios ou de passagem. Na questão do



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

leste europeu, salientou os resultados obtidos na recente reunião de Riga, em termos de salvaguardar e valorizar os diferentes países e das suas idiosincrasias.

Interveio o Senhor Secretário de Estado, Bruno Mações, para adicionalmente explicar que em conversas com equipa de monitorização da OSCE, confirma que continuam a ter lugar confrontos entre as partes, especialmente por parte dos separatistas. Porém, não pôde deixar de salientar o impacto efetivo que a implementação dos acordos já conheceu, nomeadamente quanto a material pesado (tanques e artilharia), relembrando que a data limite para a sua implementação é o final de 2015.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, saudar os membros do Governo presentes. Referiu que atualmente no Mediterrâneo está em marcha uma ofensiva contra a soberania de alguns Estados, esquecendo-se as causas profundas do problema que continuam por resolver. Neste seguimento, perguntou em primeiro lugar, quando pretende o Governo resolver o estado calamitoso das políticas de apoio às comunidades portuguesas, onde faltam trabalhadores e se vêm externalizadas atividades que apenas ao Estado deveria competir. Depois, questionou, ainda, quando pretende o Governo resolver a questão da correção salarial dos professores dos estabelecimentos de ensino no exterior.

Respondeu o Senhor Ministro que, no quadro imediato, não vê alternativa à linha seguida pela política externa europeia, marcada pela situações de emergência humanitária, salientando que a Itália tem vindo a suportar praticamente todas as despesas com estas operações, estando à beira de esgotar as suas possibilidades em meios humanos, materiais e financeiros. A solução ideal e permanente deve apontar no sentido de criar condições de desenvolvimento e emprego nos países de origem dos movimentos migratórios, sendo fundamental a existência de um mandato especificamente conferido no âmbito das Nações Unidas.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Relativamente à questão das comunidades portuguesas, interveio o Senhor Secretário de Estado, José Cesário, esclarecendo que os salários dos docentes tiveram já correção entre os 5% e os 11%, e que o Governo defende a externalização, apenas, de funções não-essenciais.

Na sua vez, interveio a Senhora **Deputada Helena Pinto (BE)** tendo colocado três questões, a saber:

- No Mediterrâneo, qual é a posição portuguesa relativamente à política de asilos;
- Na Palestina, porque espera o Governo para oficialmente reconhecer este Estado, quando o Vaticano, a Suécia e o próprio Parlamento Europeu já o fizeram;
- Na CPLP, e tendo em conta a recente adesão da Guiné-Equatorial, qual a posição do Governo face à repetida violação de direitos humanos; à completa inação quanto à adoção do português como idioma oficial.

Relativamente à Palestina, respondeu o Senhor Ministro não reconhecer tanta importância à questão do reconhecimento, pelo que Portugal tomará uma decisão no concerto dos 28 países da União, sendo muito importante a posição nesta matéria que o Egipto vier a tomar, bem com os resultados das negociações do dossiê nuclear com o Irão. Quanto à Guiné-Equatorial, lembrou não ter sido Portugal a propor a adesão deste país à CPLP, tendo esta organização mandatado o Senhor Ramos Horta para elaborar um relatório acerca da matéria, o qual será apresentado numa das suas próximas reuniões. Finalmente e quanto ao Mediterrâneo, lembrou existirem aspetos que não podem deixar de ser considerados, como os das quotas, do emprego e dos apoios financeiros, devendo todavia distinguir-se as migrações económicas das motivadas por asilo, salientando existirem países fora do Euro, mas dentro da União, que se recusam a participar nessa reflexão.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Deu-se seguidamente início à Segunda Ronda de intervenções, tendo sido registadas as questões apresentadas pelos seguintes Deputados, com resposta em bloco, no final:

Celeste Correia (PS): Sobre a execução do conceito estratégico da cooperação portuguesa; o tratamento em comum das áreas da língua e da cultura; como conjugar a cooperação com as regras de financiamento internacional impostas pelo programa de austeridade; e ainda, como vê o Governo a *governance* europeia das políticas migratórias.

Carlos Gonçalves (PSD): Qual a avaliação que o Governo faz da diplomacia económica; qual a situação atual nos recursos humanos consulares.

Carla Cruz (PCP): Perante a constatação que os trabalhadores consulares cumprem horários de 44 horas semanais, como pensa o Governo resolver o problema.

Helena Pinto (BE): Sobre a questão do reconhecimento da Palestina, perguntou se estará Portugal à espera da posição da Alemanha, e que medidas foram tomadas no sentido de recensear os emigrantes portugueses nos locais de destino.

Paulo Pisco (PSD): Colocou questões sobre a eventual saída da Grécia do Euro, do impacto financeiro com *call centres* de apoio nos consulados, em que os custos são 30% a 40% mais caros do que se se recorresse a trabalhadores locais; sobre o atraso no início de funções do pessoal estagiário dos consulados e sobre o deslizamento da data para formação das listas para o Conselho das Comunidades; pediu, ainda, esclarecimento acerca da operacionalização da denominada Plataforma 360º na Diáspora que considera opaca, além de ter igualmente manifestado satisfação pela instalação da sede do Imamat Ismaili, em Portugal.

Ester Vargas (PSD): na área da salvaguarda da liberdade religiosa e do respeito, tolerância e diversidade cultural, questionou sobre medidas tomadas ou a tomar para prevenir investidas fundamentalistas islâmicas, tendo em conta perseguições a cristãos e conversões forçadas.

Carlos Enes (PS): questionou acerca da eventualidade da utilização alternativa da Base das Lajes para fins de natureza científica, sobre medidas planeadas pelo Governo para melhorar



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

a situação das populações da Terceira, e ainda qual a postura evidenciada pelas autoridades americanas, na sequência da aprovação pelo Parlamento, por unanimidade, do Projeto de Resolução n.º 1284.

Respondendo em bloco, referiu o Senhor Ministro que:

- Devemos lutar para evitar a minimização do uso da Base das Lajes, papel para o qual Portugal tem trabalhado, com destaque para o Governo Regional, tendo lembrado ainda não existir uma situação definitiva;
- Existem várias utilizações alternativas para a Base, tendo lembrado as recentes notícias sobre a transferência, entre outros, de serviços de análise de *intelligence* americana.
- Relativamente ao Imamat Ismaili, venceu que se pretendeu ir além de uma mera demonstração de diversidade e tolerância religiosa, existindo outras finalidades importantes;
- Quanto à questão da Palestina, lembrou que seis dos sete Estados que a reconheceram, o haviam feito ainda na era soviética.

Interveio o Senhor **Secretário de Estado da Cooperação**, explicando que:

- O conceito estratégico da cooperação teve de se adaptar ao novo edifício europeu que aponta, sobretudo, para uma cooperação para o desenvolvimento;
- Realçou a cooperação planificada com Timor-Leste e com a Guiné-Bissau, através do Instituto Camões, logo após a normalização da ordem constitucional e, a partir de julho, com a assinatura de um novo Acordo;
- Também com Moçambique existirá um reforço da cooperação, no âmbito do “G-19” a que Portugal preside;



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- A cooperação para o desenvolvimento não é um instrumento da diplomacia económica, pese embora Portugal tenha aproveitado aquele canal para divulgação da economia nacional, como seria desejável.

Seguidamente, interveio o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades** tendo referido que:

- Continuam a existir Partidos que não admitem a realidade da melhoria dos serviços consulares;

O atendimento nos postos consulares cresceu e fez-se, pela primeira vez em 10 anos, concursos para dirigentes;

- O recenseamento eleitoral depende da atribuição de cartão de cidadão, o que não pode ocorrer de um dia para o outro, pois depende da introdução da identificação dos cidadãos em base de dados própria (SIGRE).

Voltaram a intervir os seguintes Senhores Deputados, para:

Carla Cruz (PCP), vincar que o PCP defende e respeita os cidadãos portugueses, não admitindo que um membro do Governo venha ao Parlamento fazer a avaliação do trabalho parlamentar dos Partidos

Helena Pinto (BE), é fundamental e desejável que exista debate político nestas audições, devendo cada um assumir a sua posição e as responsabilidades inerentes, pois quem hoje está no Governo, pode amanhã voltar a ser Deputado.

A terminar, o senhor Presidente agradeceu a comparência dos membros do Governo presentes nesta Audição, bem como o trabalho de todos os Senhores Deputados, tendo procedido à interrupção dos trabalhos, pelas dezoito horas e vinte e cinco minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

2.ª Parte

Reiniciados os trabalhos pelas dezoito horas e quarenta minutos, procedeu o Senhor Presidente à prestação das seguintes informações, no âmbito do **Ponto 1.** da OD:

- A futura presidência luxemburguesa do Conselho Europeu fixou a data de 4 a 6 de setembro próximo para realização da Conferencia Interparlamentar da PESC/PCSD;
- Que amanhã, dia 3, decorrerá na Sala do Senado o colóquio “Portugal-China: Dez Anos de Parceria Estratégica”.

Relativamente às iniciativas descritas no **Ponto 2.** da OD, foram as mesmas distribuídas do seguinte modo:

- PPR n.º 114/XII/4.ª, atribuída ao PS, sendo Relatora a Senhora Deputada Glória Araújo;
- PPR n.º 115/XII/4.ª, atribuída ao PSD, sendo Relator o Senhor Deputado Mário Magalhães;
- Petição n.º 514/XII/4.ª, atribuída ao PS, sendo Relatora a Senhora Deputada Celeste Correia.

Relativamente ao **Ponto 3.** da OD, a leitura e aprovação das Atas números 176 e 177 foi transferida para a próxima reunião.

Nada mais havendo a registar, o Senhor Presidente agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezoito horas e cinquenta minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em:

http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP_20150602_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP_20150602_2.mp3

Palácio de S. Bento, 2 de junho de 2015

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Filipe Lobo D' Ávila
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues
Carlos Enes
Joaquim Ponte



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves

Feliciano Barreiras Duarte

Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 28/07/2015.